

RELATÓRIO
ANUAL
2022
CORPORAÇÃO
PARA O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Índice

1 .	Corpos Sociais -----	04
2 .	Organograma Institucional -----	05
3 .	Mensagem Mesa Administrativa -----	06
4 .	Considerações Gerais -----	08
5 .	Demonstrações Financeiras -----	36
6 .	Análise -----	39
7 .	Anexos -----	45
	Anexo -----	
	Parecer do Conselho Fiscal -----	
	Certificação Legal das Contas -----	



I. Corpos Sociais

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2023-2026

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Maria Gabriela Moreira Costa Sousa
Vice-Presidente	- José Luís Freitas Queirós
Secretários	- Maria Elisabete Ferreira Coelho

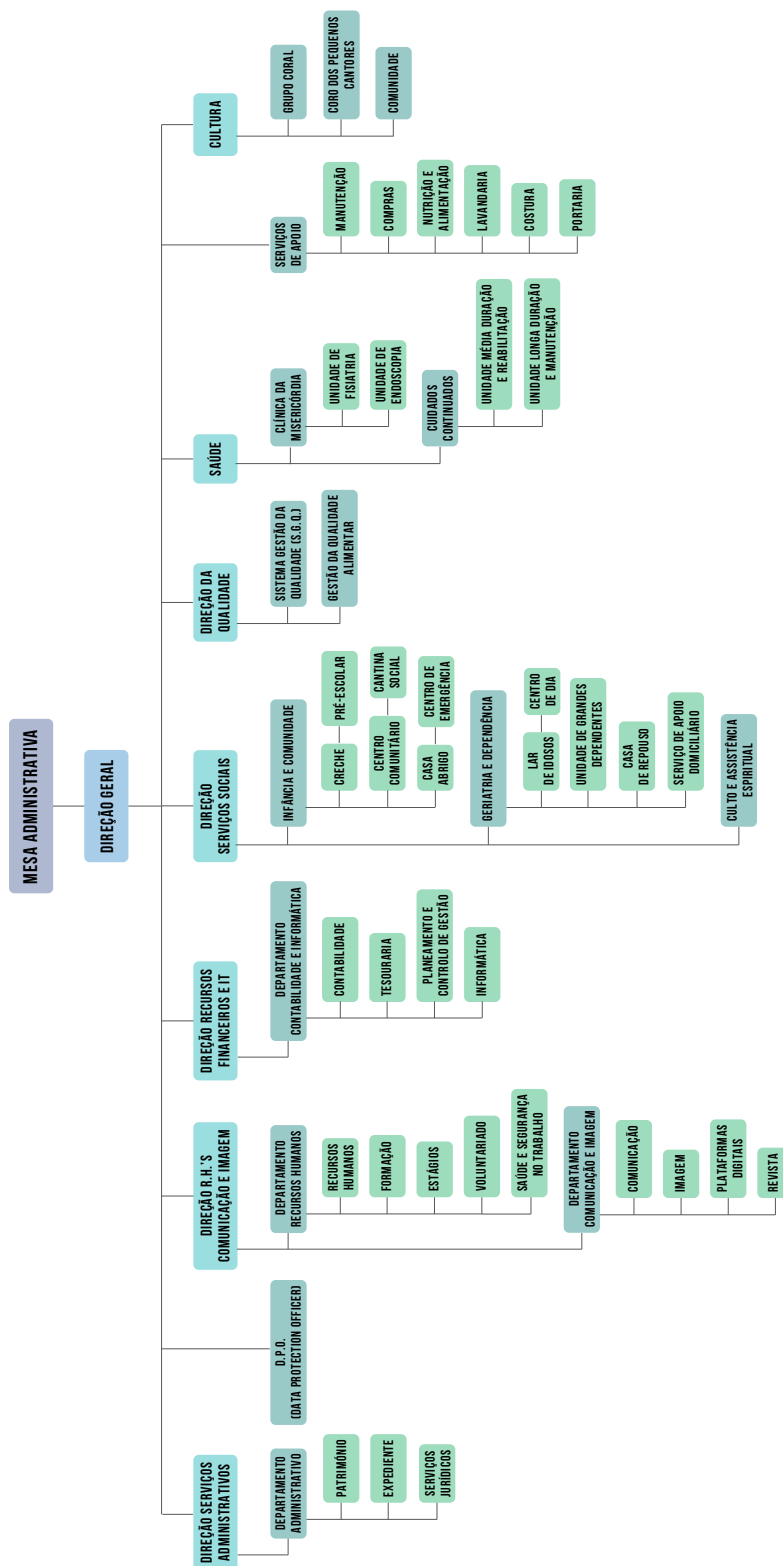
MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- José Pedro Castro Costa Morêda Miranda
Secretária	- Fernanda Isabel Faria Lages Torres
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Baptista
Vogais	- Hélder Roberto Vilela Araújo - Francisco Manuel Cardoso Faria - Lucília Maria da Costa Afonso
Substitutos	- António Lerenó Sousa Machado - José Luís de Sousa Marques

CONSELHO FISCAL

Presidente	- António Jorge Pereira Ribeiro
Vice-Presidente	- Artur Manuel Cunha Guimarães Santoalha
Secretário	- Albino Agostinho Martins Sousa
Substitutos	- Sérgio Miguel Azevedo Carneiro - Emílio Castelar Oliveira - Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

2. Organograma Institucional





3. Mensagem da Mesa Administrativa

Esta Mesa Administrativa procurou neste mandato orientar a gestão desta Instituição com equilíbrio, coerência e humanização.

Os tempos de crise estiveram bem patentes em dois dos quatro anos de mandato destes Órgãos Sociais, avolumando-se de dia para dia e, todos/as nós que servimos esta Casa teremos de ser cada dia melhores, conviver com cordialidade, aceitar os erros alheios e ser tolerantes.

Os/as nossos/as colaboradores/as são o rosto diário desta Instituição, são quem faz a diferença. Num mundo tão complexo com mensagens tão contraditórias que valorizam o ter sobre o ser, a aparência sobre a realidade, fingir mais do que se expor, vale a pena trilhar o percurso aparentemente mais difícil na busca da paz, do equilíbrio interior, da vida com afeto e da convivência carinhosa com todas as pessoas próximas.

A busca da excelência na prestação dos serviços exigiu e exige de todos/as um desafio permanente ao profissionalismo e à capacidade de sacrifício a fim de se poder atingir o equilíbrio financeiro necessário e indispensável à sustentabilidade institucional.

O Homem é um ser eminentemente social. O estado de espírito da Mesa Administrativa e do Diretor Geral foi o da motivação e empenho para uma gestão sustentada, com investimentos adequados às necessidades dos novos desafios.

Quando nos regemos por princípios de verdade, espírito de missão e a vontade de bem-fazer, o desenvolvimento sustentável assegura-nos o crescimento social e económico sem esgotar os recursos para o futuro.

Por fim, uma palavra de apreço e gratidão para todos os elementos dos Órgãos Sociais que desempenharam funções no quadriénio 2019 – 2022 e desta forma contribuíram para a consolidação da Misericórdia de Santo Tirso como entidade local preponderante nas suas áreas de intervenção.

A Mesa Administrativa

José Roberto do
José Roberto do
Maurício José Roberto
Francisco José Roberto
Alder Roberto Vilela Araújo
Lílian Maria Costa Alves
Francisco José Roberto



4. Considerações Gerais

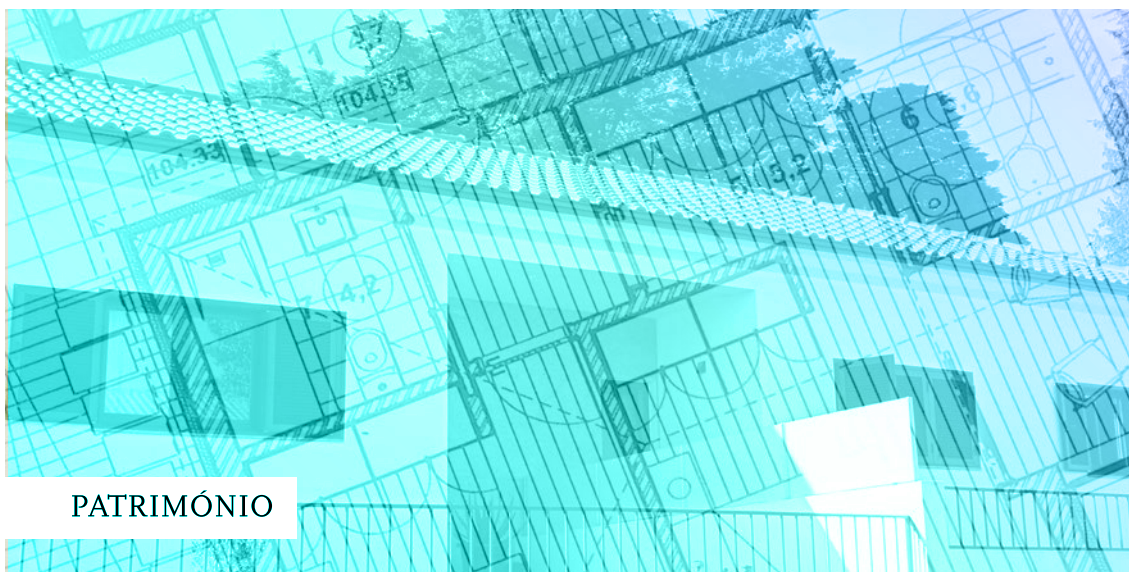
O ano de 2022 foi o último do mandato dos Órgãos Sociais eleitos para o quadriénio 2019 – 2022.

Não podemos deixar de destacar que o referido período foi atravessado por uma crise pandémica que durou cerca de 2 anos.

Esperávamos que 2022 nos pudesse devolver a plena normalidade, retomando as rotinas numa perspetiva mais renovada.

Iniciámos o respetivo Plano de Atividades e Orçamento com a seguinte frase:
“Não é a força ou a sorte, mas o empenho, a determinação e a persistência que nos conduzem ao sucesso.” (Autor desconhecido)

E foi com empenho, determinação e persistência que encarámos o ano de 2022. Aliás, é este espírito que nos tem conduzido a uma dinâmica que se reflete no crescimento institucional e nos tem dado arte e engenho para criarmos e implementarmos atividades geradoras de fundos imprescindíveis à concretização da nossa missão.



No ano em análise demos continuidade à reabilitação do Bairro da Misericórdia, concluímos e colocámos no mercado de arrendamento 6 moradas de Tipologia T2 e encetaremos diligências com vista ao possível início de trabalhos nas restantes ou em parte delas.

Depois de concluídas as obras de remodelação da Casa de Repouso de Real, foram obtidas todas as licenças com vista à legalização plena desta valência.

Dado o ano conturbado de 2021, não estiveram abertas candidaturas ao Fundo Rainha D. Leonor, mantendo-se inalterada a situação em 2022, não sendo possível avançar com o projeto para obras de remodelação e recuperação da nossa Capela.

No seguimento do processo iniciado pela Mesa Administrativa em 2014, durante o ano de 2022, foi alertado o Estado Português e o poder autárquico tirsense para a existência do “TERMO DE TRANSAÇÃO” celebrado entre a nossa Misericórdia e o Estado Português, datado de 13 de fevereiro de 2004, no qual ficou acordado que as Quintas do Mosteiro, propriedade desta Santa Casa, arrendadas ao Estado com duração efetiva limitada para nelas funcionar a Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento, terão de ser entregues à Misericórdia, livres de pessoas e coisas, a 31 de dezembro de 2025.

Mais, foi lembrado que nesse documento assinado pelas partes no Tribunal Judicial de Santo Tirso (2.º Juízo Cível), na data acima referida, ficou acordado que todas as obras de que os prédios careçam, quer de conservação ordinária, quer extraordinária, ficarão a cargo do Estado.



Com o objetivo de ter informação objetiva e rigorosa relativamente ao melhor valor que poderia ser obtido, caso o imóvel fosse arrendado em condições normais de mercado, foi feita uma avaliação por perito qualificado.

De notar que o “Mosteiro de Santo Tirso”, onde os prédios das referidas quintas se integram, é desde 1910 Monumento Nacional.

A nossa visão estratégica é direcionada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade através da atualização do modelo de gestão organizacional, potenciando a melhoria contínua junto dos/as seus/suas colaboradores/as, parceiros/as e entidades envolvidas na sua ação, de modo a ser reconhecida como entidade local preponderante na intervenção social e áreas afins.

Um dos objetivos permanentes é a aposta na qualidade. Esta passa também pela constante renovação e remodelação dos espaços atualmente existentes com o objetivo de proporcionarmos a melhor comodidade, conforto e assistência aos/às nossos/as utentes.

O investimento no último quadriénio foi de € 5.078.140,83 tendo sido no ano de 2022 de € 1.208.438,00.



Conforme planeado e apresentado no respetivo Plano de Atividades e Orçamento, foi estrategicamente decidido direcionar este espaço do “Antigo Liceu/1º Hospital de Santo Tirso” para uma atividade enquadrada nos fins que prosseguimos e devolvendo-o à sua génese. Assim, foi elaborado projeto de arquitetura e respetivas especialidades para apresentação de candidatura no âmbito do PRR a, no mínimo, três módulos de 20 camas (60 camas), divididas entre as tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção.

Consolidámos a atividade das Unidades de Cuidados Continuados, atingindo a eficácia e eficiência prevista na relação entre as duas unidades existentes.

Aprofundámos a parceria com o Centro Hospitalar do Médio Ave – CHMA nomeadamente no protocolo de camas de retaguarda e na nossa Clínica de Gastroenterologia – Unidade de Endoscopia para a realização de exames endoscópicos. Nesta Clínica procedemos à renovação da convenção junto da ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Na Clínica de Fisiatria, face à procura, procedemos ao aumento da equipa de Técnicos/as de Fisioterapia, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional com alargamento dos horários, a fim de podermos dar uma resposta mais célere e sempre direcionada à melhoria da qualidade de serviço prestada.

Por fim, e dentro das instalações desta Clínica, não podemos deixar de referir a consolidação do gabinete de Medicina Dentária.



SOCIAL E EDUCAÇÃO

Na área Social e Educação, continuamos a investir na modernização das valências, quer em termos físicos, quer em termos tecnológicos. A disponibilização de rede wifi em todos os nossos espaços foi uma prioridade e um objetivo atingido.

A nossa responsabilidade social também passa pela parte ambiental e ecológica, depois de ter sido apresentada candidatura para financiamento à aquisição de duas viaturas elétricas para o nosso Serviço de Apoio Domiciliário, as mesmas já se encontram em circulação bem como a instalação de painéis fotovoltaicos na Casa de Repouso de Real.

Ao abrigo do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP), persistimos na renegociação com a Segurança Social da comparticipação financeira para o funcionamento das respostas sociais.

Das iniciativas propostas nas várias valências, destacamos o seguinte:

Centro Comunitário de Geão/ POAPMC / Cantina

- Parceria Projeto RAP (resposta de apoio psicológico para crianças e jovens vítimas de violência doméstica);
- Parceria na Candidatura da Câmara Municipal de Santo Tirso “Espaço d’Abrigo”- capacitação de pessoas sem-abrigo em competências pessoais, sociais e profissionais;

- Cedência das Instalações para Centro de Testagem COVID19 Centro Distrital da Segurança Social Porto / CESPUP;
- Acolhimento e acompanhamento social de Família Ucrâniana;
- Projeto Adélia/Comissão Proteção Crianças e Jovens;
- Ações Formação Internas e Externas realizadas pela Equipa Técnica e Operacional do Centro Comunitário Geão/ Centro Dia;
- Reuniões de Associados da EAPN e envolvimento em iniciativas (Semana da Interculturalidade + Semana de Combate à Pobreza e Exclusão Social);
- Estágio Académico 2 alunas em Serviço Social (Famílias acompanhadas no âmbito da prestação de RSI);
- Estágio Profissional de Psicologia (no âmbito dos processos da CPCJ);
- Centro Comunitário: 149 utentes / 32 utentes RSI / 67 utentes Ação Social/ 32 crianças CPCJ / 18 crianças RAP;

(maioria utentes entre os 35-49 anos / 20 mulheres+9 homens)

Movimento: RSI 23 processos / CPCJ 36 processos / Ação Social 12 processos

- Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC) com distribuição de alimentos a 40 pessoas no total em 18 famílias;
- Cantina Social com distribuição de 57 refeições diárias protocoladas:

34 utentes, maioritariamente do sexo masculino (29), isolados sem retaguarda familiar; média de idades 52 anos); 19 beneficiários transitaram do ano anterior e surgiram 46 novos pedidos; em 2022 foram apoiadas 67 pessoas.

Centro de Dia

- Funcionamento nas instalações do CCG com acordo para 12 utentes (formalmente proposto a 06/09/2022);



- Retoma das iniciativas intervalências e intergeracionais (Tardes Dançantes, Boccia Sénior e Ateliers Avós e Netos);
- Parceria com o Projeto 4IN/CDS/Cruz Vermelha com iniciativa de interação de adultos/as e crianças;
- Estágio curricular “Estudo do Hábito para Reabilitação Cognitiva Suportado em Jogos Sérios”/Politécnico do Porto;
- Mestrado em Educação (Mediação Educacional) /Universidade do Minho;
- Trabalho académico de Educação Social/Escola Paula Frassinetti;
- 10 Utentes / 50% homens +50% mulheres;
- Média de idades: homens 77 anos / mulheres 67 anos;
- Autonomia: 60% autónomos / 40% parcialmente dependentes;

Lar José Luiz d’Andrade

- Projeto BPI Sénior “Envelhecer Ativamente” – rotinas diárias saudáveis de atividade física;
- Projeto M60/Geração à Frente – grupo de Teatro;
- Dinamização de Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico (apoio de psicóloga e assistente social);
- Boccia Sénior + Baú das Letras – parceria da Autarquia;
- Outras iniciativas (momentos musicais, “Silent Party”, Biodanza, voluntariado juvenil, felicitários individuais e mensais);
- 74 Utentes / 69% mulheres + 31% homens / 81 anos (média de idades);
- 79% Utentes com dependência parcial ou grave (apenas 21% de utentes autónomos) / 57% com défice motor / 40% quadro demencial;
- Tempo de permanência: 46% (entre 1 a 5 anos) / 5 anos (tempo médio).

Lar Dra. Leonor Beleza

- Integração de estagiários/as de Escolas Nacionais e do Protocolo com a Escola Cidenai/ Escola de Bilbao;
- Gestão orientada ainda para a superação dos condicionalismos COVID (com implicações constantes no funcionamento e na gestão dos RH);
- Gestão e acompanhamento das visitas e videochamadas;
- Dinamização de Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico (apoio de psicóloga e assistente social);
- Redefinição de outras iniciativas ocupacionais para utentes;
- Outras iniciativas (competências digitais online, momentos musicais, felicidários individuais e mensais entre outras atividades com o envolvimento de colaboradores/as e de voluntários/as);
- 94 Utentes - 77 anos (média de idades ambos os sexos);
- 99% Utentes com dependência parcial ou grave / 95% com défice motor / 23% deficiência mental / 80% quadro demencial;
- 51% (tempo de permanência entre 1 a 5 anos) / 7 anos (tempo médio);

Casa de Repouso de Real

- Gestão orientada ainda para a superação dos condicionalismos COVID (com implicações constantes no funcionamento e na gestão dos RH);
- Gestão e acompanhamento das visitas e videochamadas;
- Dinamização de Grupo de Estimulação Cognitiva e acompanhamento psicológico;
- Redefinição de outras iniciativas ocupacionais para utentes (Companhia dos Sons, Torneio de Sueca, Tardes Dançantes...);
- Outras iniciativas (momentos musicais, felicidários individuais e mensais, entre outras atividades com o envolvimento de voluntários/as);



- Boccia Sénior + Baú das Letras – parceria da Autarquia;
- Serviços-extra: Fisioterapia Domiciliar + Podologia Domiciliar;
- 69 Utentes - 74% mulheres + 26% homens / 86 anos (média de idades);
- 78% Utentes com dependência parcial ou grave / 70% com défice motor / 54% quadro demencial;
- 19% (tempo de permanência entre 1 a 2 anos);
- 25 Admissões / 12 falecimentos / 3 admissões temporárias / 38 utentes admitidos/as em Protocolo Hospitalar;

Serviço de Apoio Domiciliário

- A aquisição de 2 viaturas 100% elétricas (Candidatura à Mobilidade Verde PRR);
- Não aprovação da Candidatura ao PROCOOP para revisão de Acordo de Cooperação (por falta de cabimento orçamental);
- Gestão orientada ainda para a superação dos condicionalismos COVID (com implicações constantes no funcionamento e na gestão dos RH);
- Divulgação de outros serviços da Instituição (ERPI e Centro de Dia);
- Apresentação de situações de risco social junto de entidades competentes;
- 90 Utentes - 58% mulheres + 42% homens / 81 anos (média de idades);
- 64% Utentes com dependência parcial ou grave / 27% patologia cardíaca / 27% quadro demencial;
- 26% (tempo de permanência até 1 ano);
- 46 Admissões / 41 desistências (14 falecimentos, 7 integrações institucionais);

Casa Abrigo D. Maria Magalhães

- Execução do Projeto POISE para financiamento do Centro de Emergência para mulheres vítimas de violência doméstica (8 vagas);
- Verba de Autonomização (apoio financeiro subvencionado pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade);
- Projeto “A Escola vai à Casa” ao abrigo de Carta Compromisso (Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade) no ano letivo 2021/22. No ano letivo de 2022/23 este projeto foi descontinuado;
- Gestão orientada ainda para a superação dos condicionalismos COVID (com implicações constantes no funcionamento e na gestão dos RH);
- Parceria Projeto 4 IN / CLDS da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Parceria Projeto Criar para acompanhamento psicológico das crianças acolhidas na CA;
- Colaboração da DTC Dogs Training Concept (Intervenções Assistidas por Animais) na dinamização de um Workshop (voluntariado pontual) no âmbito do Calendário do Advento;
- Integração de monitor/a para a atividade de Yoga e de Defesa Pessoal a desempenhar funções em regime de avença abril e dezembro de 2022;
- 2 Estágios curriculares de mestrado integrado em Psicologia da Justiça (Universidade Lusófona do Porto) e Psicologia da Educação, Aconselhamento e Desenvolvimento (Universidade de Coimbra) – Ano de 2021/2022;
- Flores do Teu Jardim: conjunto de iniciativas de sensibilização para a igualdade de género e para a violência contra as mulheres a desenvolver em diferentes momentos e aquando diferentes datas festivas:
 1. Curta-metragem “Arco-íris em Flor” no âmbito do Dia Municipal para a Igualdade (24 de Outubro 2022);
 2. Exposição de cerâmica “Floresce” (Escultora Iva Viana) de 25 a 27 novembro 2022 no MIEC - Museu Internacional de Escultura Contemporânea;



- Exposição Fotográfica “Marias sem Medo”;
- Dia Municipal para a Igualdade/ Dia Internacional pela Eliminação da violência Contra as Mulheres - Projeto Transnacional “GEMIS – promote gender equality for a more inclusive society” De 18 a 31 outubro 2022 na Câmara Municipal de Santo Tirso;
- Exposição Fotográfica “Marias sem Medo” International Day for the Elimination of Violence against Women Dia 25 November 2022 na Stuttgart Rathaus;
- Exposição de Cianotipia e Fotografia “Mulheres de Azul” Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres - Projeto Transnacional “GEMIS – promote gender equality for a more inclusive society”. De 1 a 20 novembro 2022 na Câmara Municipal de Santo Tirso;
- 55 Utentes acolhidas Casa Abrigo (24 mulheres + 31 menores/14 feminino + 17 masculino): 37 anos (média de idades mulheres), 5 anos (média de idades dos/das menores); Nacionalidades – 17 Portuguesa, 4 Brasileira, 1 Angolana, 2 Nepalesa; Tempo médio de permanência - acolhimento 11 meses / reintegrações 15 meses/ cessações precoces 2 meses;
- 101 Utentes acolhidas Centro de Emergência (8 vagas) - 62 mulheres + 39 menores (16 feminino + 23 masculino): 40 anos (média de idades das mulheres) e 6 anos (média idades dos/das menores); Nacionalidades - 46 Portuguesa, 4 Brasileira, 5 Angolana, 2 Moçambicana, 2 Nepalesa, 3 outras (Americana, Bengali, Paquistanesa); Tempo médio de permanência – 37 dias;

Jardim de Infância

- Tema do projeto Pedagógico “Eu e um Mundo Melhor” relacionado com o ambiente;
- Retoma das atividades Extracurriculares (Yoga, Inglês e Natação);
- Protocolo com Trevo do Sucesso para atividades extracurriculares (dança, ginástica e música);
- Implementação da Plataforma digital “EducaBiz” para comunicação com os pais;

- Protocolo com Colégio Santa Teresa de Jesus para articulação de serviços/ atividades;
- Estágios de ajudante ação educativa de curta duração;
- Gestão orientada ainda para a superação dos condicionalismos COVID (com implicações constantes no funcionamento e na gestão dos RH);
- Total 58 crianças-creche / Total 65 crianças-pré-escolar - 1 criança com Síndrome de Down; 3 crianças com acompanhamento da equipa ELI, sem diagnóstico confirmado; 2 crianças com Perturbação de Espectro de Autismo; 3 crianças a aguardar diagnóstico.
- Ano letivo 22/23 Início das medidas de Gratuitidade (sala bebés).



No ano de 2022 foram realizadas 2 auditorias ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ):

- Auditoria externa pela APCER (22/05/2022).
- A equipa auditora confirma a concretização dos objetivos da auditoria e que o Sistema de Gestão da Qualidade está estruturado de modo a assegurar o cumprimento dos requisitos aplicáveis, de acordo com a norma de referência NP EN ISO 9001:2015, tendo a preocupação com a melhoria contínua.
- Auditoria Interna pela Equipa Auditora interna (28/11/2022).
- De salientar que após o período pandémico analisámos que os procedimentos fulcrais foram mantidos, com a preocupação de assegurar serviços de qualidade, mas também munir-se de ferramentas de avaliação e controle do SGQ.
- O Plano Estratégico foi definido pelo período de 2022-2024 com objetivos latos de modo a adaptarem-se ao horizonte de instabilidade sociopolítica em que vivemos.



RECURSOS HUMANOS

“Os/as colaboradores/as são a essência das organizações e a forma como se olha para o nosso maior ativo tem uma influência direta nos objetivos a que nos propomos, nomeadamente na resposta plena às necessidades das comunidades que servimos.” (ISCMST-Plano de Atividades e Orçamento 2022)

A Misericórdia de Santo Tirso prossegue na aposta na excelência dos/as seus/suas profissionais, ciente de que se trata de um investimento essencial para que continue a ser uma referência nacional.

Numa permanente adaptação ao contexto económico, legal e social, procura responder às demandas operacionais e às necessidades das nossas pessoas.

Em 2022, para sublinhar o papel de todos/as os/as que sustentam e elevam esta Santa Casa, instituímos o “Dia do/a Colaborador/a” na Misericórdia de Santo Tirso, porque no nosso setor, nada substitui a presença humana. Assim, iniciamos uma nova tradição, a celebrar anualmente, na última sexta-feira do mês de Outubro.

Complementarmente, preocupados com o bem-estar, a saúde e satisfação dos/as seus/suas Colaboradores/as, disponibilizamos um pacote exclusivo de benefícios e regalias (atualizadas periodicamente): o “M+”.



Avaliação da Satisfação dos/as Colaboradores/as

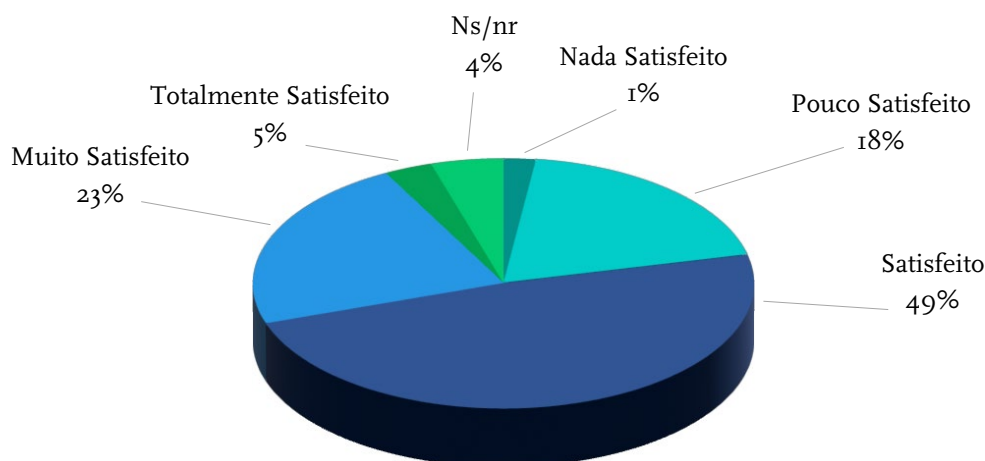
Os momentos de avaliação da satisfação são fundamentais para conhecer a experiência de quem trabalha na Misericórdia de Santo Tirso, com o objetivo de transformar as informações recolhidas (de forma contínua e sistemática) em melhorias efetivas nos processos e nos resultados do trabalho desenvolvido ao longo do ano.

A satisfação dos/as colaboradores/as, que são a base de sustentação da Instituição, está diretamente ligada à produtividade, ou seja, quanto mais satisfeito/a o/a profissional está, mais resultados positivos apresenta. Neste sentido, constatar o que vai ao encontro da sua satisfação permite desenvolver planos de ação que para que os profissionais se sintam motivados/as, alinhados/as com os valores da empresa e satisfeitos/as com os benefícios e o ambiente de trabalho.

Parâmetro	% de Satisfação Global
Contexto Organizacional	72%
Cooperação e Comunicação	83%
Mudança e Inovação	74%
Reconhecimento e Recompensa	57%
Relações com Chefias	87%
Política e Estratégia	75%
Posto de Trabalho	82%
Qualidade	77%

Os/as colaboradores/as continuam a responder muito afirmativamente e a demonstrar que sentem que trabalham numa Instituição inovadora e em permanente mudança. Manifestam, também, disponibilidade para aceitar novos desafios, não deixando de a recomendar junto das suas redes de contactos.

Avaliação Global:



Formação, Estágios e Voluntariado

Aquele/a que sabe estagna. Aquele/a que aprende evolui.

A disponibilidade para a aprendizagem e a formação contínua são fundamentais para a reciclagem e atualização de conhecimentos e para a aquisição de novas competências: é a capacitação dos/as colaboradores/as que sustenta a prestação de serviços de qualidade.

Depois de anos atípicos, em 2022 foram retomadas as ações de formação contínua em formato presencial alargado. A par de outras iniciativas e ações de curta duração, destacamos a parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP Santo Tirso) e o Centro de Formação Profissional da União das Misericórdias Portuguesas, com a colaboração das quais foi possível realizar 8 Ações de Formação Certificada nas instalações da ISCMST, entre os meses de junho e novembro, tendo sido alcançados 121 colaboradores/as (Primeiros Socorros; Primeiros Socorros Pediátricos; Literacia Digital; Demências e Síndromes Geriátricos). Para além destas, foram desenvolvidas 54 ações formativas (119 colaboradores/as envolvidos/as), nomeadamente nas seguintes áreas: Integração Institucional, Organização de Emergência, Qualidade, Higiene Pessoal, Prestação de Cuidados, Posicionamentos e Transferências, Gestão de Conflitos, Controlo de Infecção.



No ano em análise, foram acolhidos 50 estagiários, 13 voluntários em nome individual e 4 grupos de voluntariado e colaboramos em 19 estudos de investigação (âmbito universitário/institucional).

Por fim, colaborámos no Projeto/Estudo com o Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho "COVID-19 e a violência doméstica: impacto na saúde mental das vítimas em Casa Abrigo".



O trabalho desenvolvido durante o ano de 2022 manteve a continuidade das práticas instituídas ao nível do cumprimento da legislação aplicável, salvaguardando como linha intrínseca de conduta e orientação ao nível do tratamento de dados, o respeito pelos princípios da privacidade e da finalidade para a qual os vários dados pessoais são recolhidos e alvo de tratamento.

Neste sentido, foi assegurado o cumprimento dos seguintes procedimentos instituídos:

- Mod.254.I- Compromisso Ético para os novos colaboradores admitidos;
- Mod.369- Consentimento de Imagem para novos colaboradores e utentes;
- Mod.200- Declaração RGPD para Terceiros;
- Mod.368.I- Consentimento de Dados Pessoais, solicitado sempre que necessário e aplicável.

Para além do cumprimento dos procedimentos acima referenciados, foram realizadas várias sessões de sensibilização e formação aos novos colaboradores da Instituição no âmbito das sessões de acolhimento, tendo por base o esclarecimento sobre os direitos e deveres que detêm enquanto titulares de dados, de forma a abranger a esfera pessoal enquanto titulares de dados e esfera profissional enquanto colaboradores da Instituição:



Valências:	Nº de Colaboradores:
Casa Abrigo	1
Centro Comunitário de Geão	2
Jardim de Infância	1
Casa de Repouso de Real	19
Clínica de Fisiatria	12
Lar José Luiz D'Andrade	18
Lar Dra. Leonor Beleza	18
Recursos Humanos	1
Serviço Alimentação	11
Serviço de Apoio Domiciliário	8
Unidades de Cuidados Continuados	25
Serviços de Apoio	2
Total:	118



INFORMÁTICA

No decorrer do ano de 2022, deu-se continuidade ao plano estratégico delineado para o trinómio 2021-2023, com a conclusão de alguns projetos estruturantes e o início de outros.

Assim, e tal como planeado, o projeto estruturante WIFI, foi implementado com sucesso em todas as valências da Misericórdia de Santo Tirso, cobrindo 100% dos edifícios. Este projeto, para além de permitir a utilização da Internet por utentes e familiares das várias valências, possibilita a mobilidade dos/as colaboradores/as para qualquer espaço, mantendo sempre a conectividade ao seu trabalho.

A disponibilização deste serviço, veio abrir um sem número de possibilidades e de novos projetos que a breve trecho serão tornados públicos.

Um dos novos projetos que foi possível implementar usufruindo da infraestrutura WIFI, foi a plataforma EducaBiz. Esta plataforma permite que os pais acompanhem o dia-a-dia dos/as seus/suas filhos/as, com informações quase em tempo real de tudo o que se vai passando, e inclusive com a possibilidade de ver fotografias e vídeos das várias atividades que vão realizando com as educadoras. Permite desta forma, não só um acompanhamento mais próximo dos seus educandos, como uma maior proximidade dos pais com o próprio Jardim de Infância.

Este foi também um ano de acolhimento de elementos na equipa informática.

Em colaboração com a Escola Profissional de Serviços de Cidenai, que no âmbito do Programa Erasmus +, recebe alunos em estágio curricular, acolhemos dois alunos



espanhóis da Escola Almi de Bilbao entre Março e Junho. Com a colaboração destes 2 elementos, foi possível efetuar um levantamento exaustivo e criterioso de todos os ativos, catalogando-os, e criando uma base-de-dados (CMDB) de equipamentos, dando assim cumprimento a um dos requisitos do ITIL V.3.

Em simultâneo, com a existência da CMDB, damos cumprimentos às boas práticas preconizadas no âmbito da CiberSegurança.

Entre Outubro e Novembro, com o Protocolo de Formação em Contexto de Trabalho, assinado com o Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo de Santo Tirso, acolhemos 1 aluno da saída profissional de Técnico de Informática-Sistemas que aqui adquiriu e desenvolveu as primeiras competências técnicas, relacionais organizacionais e de gestão de carreira.

Ainda durante o ano de 2022, iniciámos um projeto de assinaturas eletrónicas dos/as colaboradores/as que tem por objetivo acelerar todos os processos internos, e ainda evidenciar a política de sustentabilidade da Misericórdia com uma assinalável redução de gastos com papel e toners, reduzindo assim a pegada ecológica da Misericórdia.

Ainda no seguimento da responsabilidade ecológica da Misericórdia, iniciou-se no último trimestre de 2022, o levantamento de requisitos e planeamento de um projeto para a substituição de todo o parque instalado de impressoras. O existente é obsoleto, com consumos elevados e sem os certificados energéticos a que o atual quadro legislativo obriga.

O projeto prevê a substituição de todo o parque e a reorganização e otimização de recursos. A massificação da digitalização vai permitir dar continuidade ao processo de desmaterialização com ganhos diretos na eficiência e na redução da pegada ecológica da Misericórdia.

Este projeto, cujo início remonta a novembro de 2022, tem como previsão de conclusão o final do segundo trimestre de 2023, altura em que teremos a possibilidade de monitorizar, de forma permanente, os relatórios de sustentabilidade que decorrem da exploração do projeto.



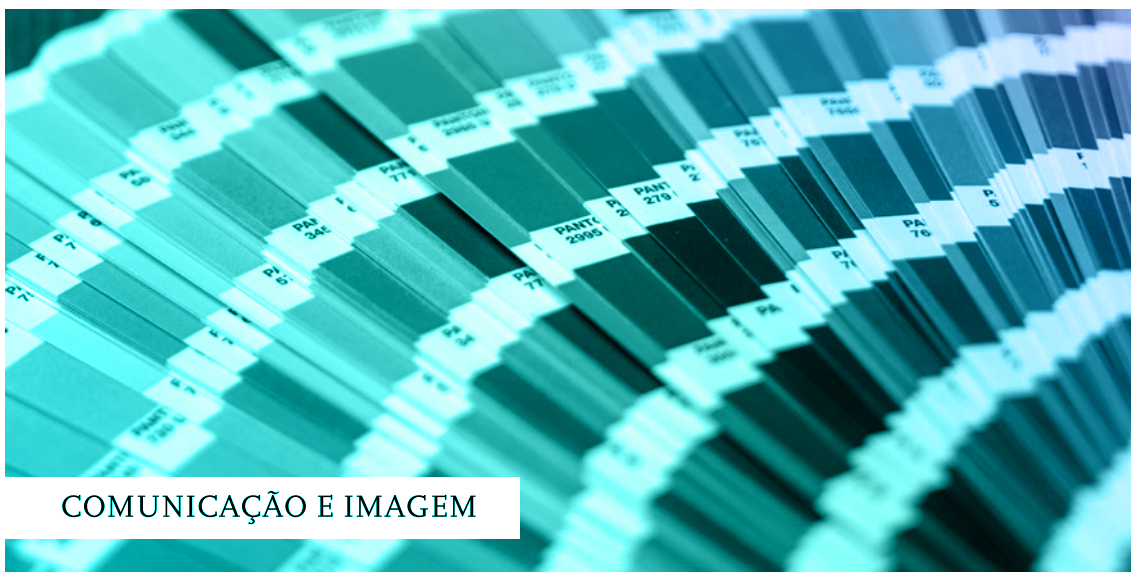
Com preocupações reforçadas também pelo extraordinário aumento dos custos energéticos, em 2022 a Misericórdia de Santo Tirso continuou na sua busca por soluções alternativas e sustentáveis. Sempre tendo em consciência a preservação do meio ambiente, ao longo do ano a instituição reforçou medidas, alargou cuidados, implementou novos recursos e afinou novas estratégias:

- Persistente consciencialização dos hábitos de consumo de utentes e colaboradores/as, alertando para o impacto ambiental e económico da utilização eficiente de energia;
- Realização de Auditorias Energéticas na Casa de Repouso de Real, Lar José Luiz d'Andrade e Lar Dra. Leonor Beleza;
- Certificação Energética dos Edifícios Casa de Repouso de Real, Lar José Luiz d'Andrade e Lar Dra. Leonor Beleza;
- Instalação de Painéis Fotovoltaicos na valência Casa de Repouso de Real;
- Realização de estudos de eficiência energética e definição de estratégias e prioridades de investimentos a concretizar a curto prazo;
- Candidatura ao Concurso “Eficiência Energética em Edifícios de Serviços” no âmbito do Plano de Recuperação de Resiliência (aguardar decisão para a medida a adotar na valência Casa de Repouso de Real);



- Renovação da frota automóvel através da aquisição de 2 viaturas novas 100% Elétricas para a nossa valência Serviço de Apoio Domiciliário devidamente comparticipadas no âmbito de candidatura ao Concurso “Mobilidade Verde Social – Aquisição de Veículos Elétricos” – Plano de Recuperação de Resiliência;
- Renovação gradual de equipamentos tecnológicos com a aposta crescente em materiais e tecnologia “verde”;
- Substituição progressiva de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de baixo consumo;
- Aplicação contínua de redutores de fluxo de água nas torneiras, chuveiros e autoclismo;
- Instalação de novos temporizadores e sensores de presença;
- Instalação de relógios para melhor gestão do uso de energias;
- Consciencialização para a utilização do papel e outros materiais descartáveis de forma mais consciente;
- Preservação e limpeza de matas da instituição procurando prevenir incêndios e contribuindo no equilíbrio da fauna e da flora, bem como procurando diminuir a poluição ambiental;
- Registo no SILiAmb (Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente), desde 2007, para controlo de resíduos onde são validados guias eletrónicas de recolha de resíduos hospitalares, óleos alimentares, embalagens, vidro, papel e cartão, plástico e componentes perigosas retiradas de equipamentos;
- Utilização de Sistema de Gestão de Resíduos fazendo a devida separação de materiais para reciclagem e resíduos biológicos;

A instituição quer ser exemplo de responsabilidade social também na área ambiental, otimizando condutas e reforçando estratégias que promovam a sustentabilidade e o respeito pelo meio ambiente, acreditando que esta aposta conduzirá não apenas a benefícios ambientais, como também proveitos económicos, sociais e culturais tanto a curto como a médio e longo prazo.



COMUNICAÇÃO E IMAGEM

O Departamento de Comunicação e Imagem, orientado para dar visibilidade ao cumprimento dos objetivos estratégicos e missão da instituição, visa criar uma relação de proximidade com múltiplos *stakeholders*. Pretende assegurar o desenvolvimento da política de comunicação externa e interna da Misericórdia pois mediante o seu crescimento, e constante necessidade de aproximação com diferentes públicos, torna-se necessário uma atualização e inovação constante da sua rede de comunicação.

O trabalho desenvolvido neste Departamento é o responsável por fortalecer e projetar uma imagem contemporânea da instituição, da sua identidade visual, impressa e digital aproximando-se de diferentes “interlocutores” através das Redes Sociais, Site institucional, Revista da Misericórdia, Newsletter, Emails e Imprensa. Pretende-se uma comunicação fluída, positiva e ativa capaz de divulgar a dinâmica interna junto da Comunidade, Irmãos/ãs, Utentes, Familiares, Colaboradores/as e Parceiros institucionais.

Com o intuito de garantir uma política de comunicação ativa, apesar do ano 2022 ter sido marcado pela continuidade na estratégia de informação/diálogo muito voltado para as redes sociais, também já foi possível um regresso ao normal funcionamento da dinâmica de proximidade, com a realização progressiva de mais eventos/contactos presenciais, implicando reforço da comunicação digital, mediante um conjunto de dinâmicas:



- Comunicação através das Redes Sociais e Plataformas Online:
 - Gestão de conteúdos com especial enfoque na Página Facebook (200 publicações); Registou-se ainda maior na dinamização do Instagram (200 publicações), procurando um maior alcance das nossas ações informativas ao nível interinstitucional e intergeracional;
 - Criação de transmissões em direto para reforço da comunicação digital (Missa de Aniversário transmitida via Facebook, permitindo a participação à distância, tanto pelos/as utentes anteriormente habituados a celebrar este momento presencialmente, como por todos/as aqueles/as com mobilidade reduzida, ou mesmo a comunidade em geral);
 - Difusão de Newsletter, incluindo atualização de mailing list dos Irmãos da Instituição;
 - Gestão de conteúdos do Site institucional;
 - Gestão de conteúdos da plataforma Yammer, disponibilizando conteúdos informativos de interesse corporativo;
 - Gestão de conteúdos da página LinkedIn;

- Aposta na Comunicação Imprensa/Visual/Digital:
 - Edição dos números 43 e 44 da Revista da Misericórdia;
 - Assessoria de imprensa e produção de notícias divulgadas em diferentes media (Imprensa local, regional e nacional através do Jornal “Voz das Misericórdias”);
 - Apoio na conceção de diferentes suportes de comunicação/divulgação:
 - Cartazes/flyers para iniciativas internas/externas;
 - Totem alusivo à iniciativa “Cápsula do Tempo”;
 - Renovação de diretórios/placas de sinalização visual nas valências e do lettering de viaturas SAD;

- Organização de Eventos/Momentos de aproximação com diferentes instituições e públicos;
 - o Organização da Bênção da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção “Comendador Alberto Machado Ferreira”;
 - o Organização da comemoração do 137º Aniversário da ISCMST;
 - o Apoio na conceção gráfica para exposição “Floresce”, patente no MIEC;
 - o Organização do Jantar de Natal de Colaboradores/as, suspenso desde 2019.

- Criação de um instrumento de comunicação corporativo: Hino da Misericórdia, com o objetivo de reforçar o sentimento de pertença e identidade de todos/as que se relacionam connosco: colaboradores/as, utentes e familiares, irmãos/ã, voluntários/as, parceiros institucionais, entre outros.

Procedeu-se à continuidade na valorização do património documental e pesquisa histórica, traduzido no apoio e disponibilização de documentos/ imagens com interesse histórico para consulta de entidades externas.



A cultura é para nós uma área de referência que merece a nossa melhor atenção.

O apoio na rentabilização de espaços culturais voltados para a comunidade traduz-se, desde 1987, na disponibilização do Auditório “Centro Engº Eurico de Melo”, sendo que em 2019 este espaço iniciou diligências para a sua remodelação e renovação. Mas para além das suas necessárias obras de requalificação apenas terem dado os primeiros passos em 2019, o ano 2020 confrontado que foi com o surto de COVID-19, tornou inviável a continuidade da requalificação deste espaço cultural.

No entanto, em 2022, e apesar da necessária priorização de investimentos, o Auditório para além de cumprir com a dinâmica mínima necessária, voltou a abrir portas a algumas dinâmicas culturais suspensas, sendo que foi alvo de 16 iniciativas culturais/formativas internas e externas.

Sendo o **Coral da Misericórdia** um divulgador do nome da Misericórdia e do concelho de Santo Tirso dentro e fora do país, após um período de pausa na sequência da pandemia, em 2022 assistiu-se a um regresso progressivo da atividade coral, através da participação nos seguintes concertos:

- Festival de Música Popular, a convite do Coro dos Ceifeiros de Cuba (Alentejo), em cumprimento do intercâmbio que o Coral da Misericórdia iniciou em maio de 2018;
- Concerto do 137.º Aniversário da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso (Auditório CEEM);

- Concerto em Homenagem à Nossa Senhora da Imaculada Conceição (S. Miguel de Refojos);
- Concerto de Ano Novo (Igreja Matriz S. Tomé de Negrelos).

Continuando a tentar encontrar mecenas que ajudem a financiar esta atividade, em 2022 foi possível dar continuidade ao Protocolo de apoio entre o Município de Santo Tirso e a Misericórdia de Santo Tirso (Grupo Coral da Misericórdia), em vigor por 1 ano.



5. Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de dezembro de 2022

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	34 508 188,24	34 071 941,55
Investimentos financeiros		52 227,68	48 205,05
		34 560 415,92	34 120 146,60
Ativo corrente			
Inventários	7	46 122,56	43 000,20
Créditos a Receber	15.4	782 593,17	445 238,40
Estado e outros entes públicos	15.2	66 295,99	38 459,82
Fundadores /Beneméritos/Doadores/Associados/Membros	15.3	2 192,50	4 190
Diferimentos	15.6	11 527,93	7 849,66
Outros ativos correntes	15.5	705 259,34	507 893,64
Caixa e depósitos bancários	15.7	941 317,47	1 281 617,71
		2 555 308,96	2 328 249,43
Total do ativo		37 115 724,88	36 448 396,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.8	3 117 461,88	3 117 461,88
Resultados transitados		2 247 763,27	2 589 685,64
Excedentes de revalorização		19 533 122,73	19 838 650,74
Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais		4 064 798,90	4 035 244,22
		28 963 146,78	29 581 042,48
Resultado líquido do período		-686 699,05	-647 450,38
Total dos fundos patrimoniais		28 276 447,73	28 933 592,10
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	4 769 594,54	3 403 570,52
Financiamentos obtidos	11	1 370 810,10	1 479 722
		6 140 404,64	4 883 292,52
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	468 384,64	496 787,16
Adiantamentos de clientes		318 411,23	330 469,80
Estado e outros entes públicos	15.2	294 887,29	255 210,35
Financiamentos obtidos	11	351 526,33	436 714,77
Diferimentos	15.6	128 738,31	134 426,25
Outras contas a pagar	15.10	1 136 924,71	977 903,08
		2 698 872,51	2 631 511,41
Total do passivo		8 839 277,15	7 514 803,93
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		37 115 724,88	36 448 396,03

Moeda: EURO

O Contabilista Certificado nº 22565

Armando João de Sá

A Mesa Administrativa

J. Paulo M. ...
Francisco ...
Francisco ...
Holder Roberto ...
Maria ...

36

Demonstração de Resultados por Natureza no período findo em 31 de dezembro de 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	4 579 598,87	3 943 067,52
Subsídios, doações e legados à exploração	10	4 584 629,39	4 917 703,22
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(940 185,64)	(831 562,81)
Fornecimentos e serviços externos	15.12	(1 388 948,08)	(1 477 834,99)
Gastos com o pessoal	12	(6 494 729,87)	(5 858 195,35)
Provisões (aumentos/reduções)	9	(1 366 024,01)	(1 796 470,57)
Outros rendimentos	15.13	1 208 497,58	1 237 529,51
Outros gastos	15.14	(78 147,10)	(60 984,20)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		104 691,14	73 252,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(772 175,97)	(703 635,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(667 484,83)	(630 382,96)
Juros e rendimentos similares obtidos	15.15	358,43	952,65
Juros e gastos similares suportados	15.15	(19 572,65)	(18 020,07)
Resultados antes de impostos		(686 699,05)	(647 450,38)
Imposto sobre o rendimento do período		- 0	- 0
Resultado líquido do período		(686 699,05)	(647 450,38)

Moeda: EURO

O Contabilista Certificado nº 22565

Armando José de Silva

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures of the Administrative Board members]



Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2022

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		3 174 024,26	2 829 412,52
Pagamentos de apoios			6 840,36
Pagamentos a fornecedores		2 121 917,69	2 409 258,03
Pagamentos ao pessoal		4 371 317,95	5 351 054,76
Pagamentos a Consultores, assessores e intermediários		234 686,82	292 955,63
Caixa gerada pelas operações		(3 553 898,20)	(5 230 696,26)
Outros recebimentos/pagamentos		4 073 583,46	6 120 403,92
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		519 685,26	889 707,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1 104 130,57	483 091,06
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		8 315,44	31 785,80
Outros ativos		401 553,48	345 316,98
Subsídios ao investimento		35 000,00	
Juros e rendimentos similares		358,43	952,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(658 903,22)	(105 035,63)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamentos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		180 446,76	29 878,46
Juros e gastos similares		20 635,52	20 473,80
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(201 082,28)	(50 352,26)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(340 300,24)	734 319,77
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	15.7	1 281 617,71	546 297,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.7	941 317,47	1 281 617,71

Moeda: Euro

O Contabilista Certificado nº 22565

Armando Godinho da Silva

A Mesa Administrativa

José Pedro Alentejo
Luís António Esteves
Lúcia Paula Costa Afonso
Luís António Esteves
Helena Roberto de Melo Afonso

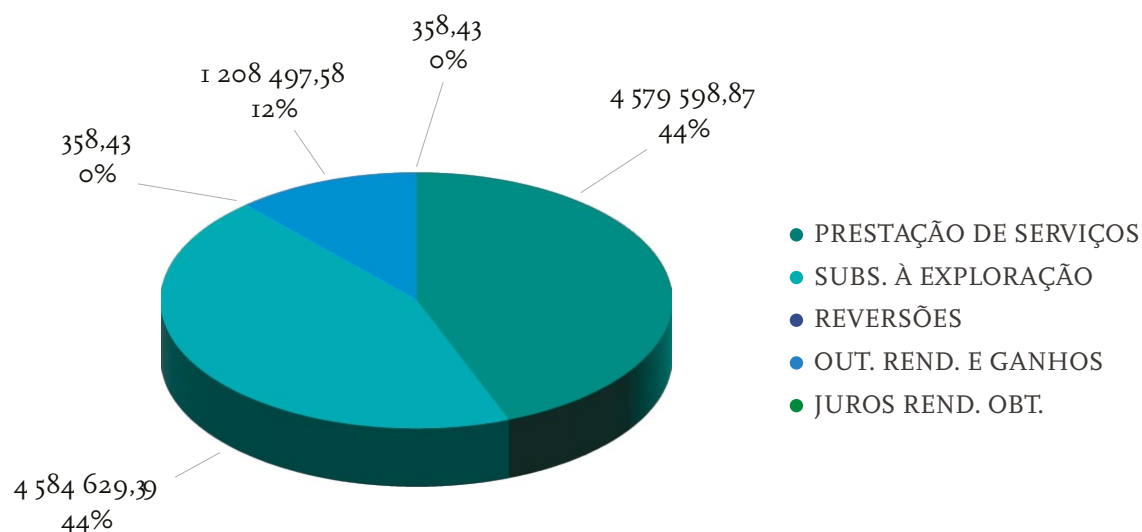
6. Análise

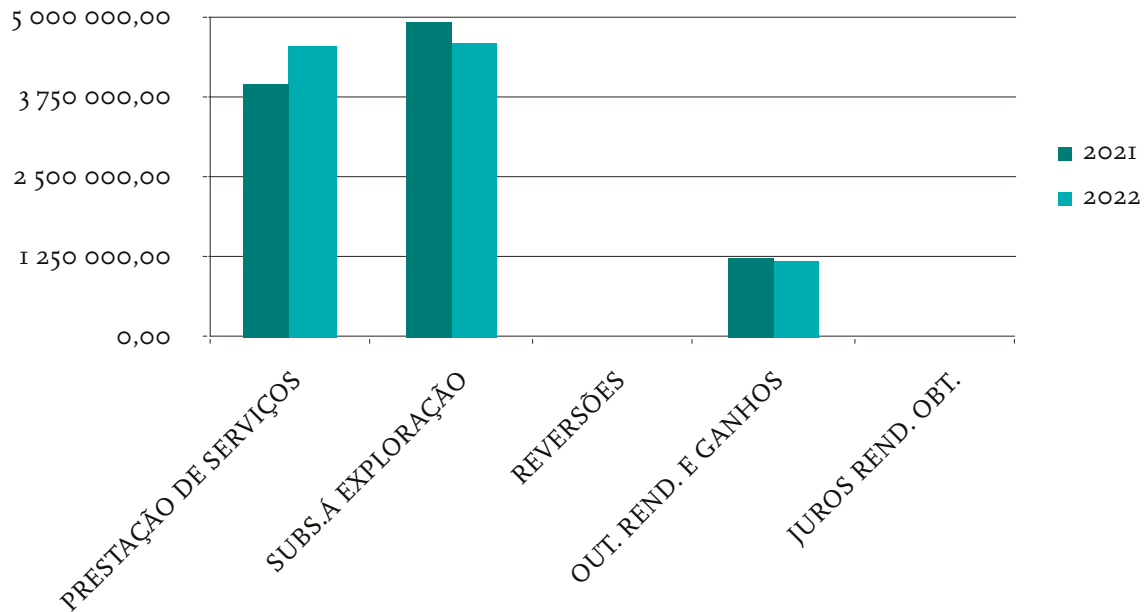
Rendimentos

	2021	2022	DIF.	DIF. %
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3 943 067,52	4 579 598,87	636 531,35	16,14%
SUBS. À EXPLORAÇÃO	4 917 703,22	4 584 629,39	-333 073,83	-6,77%
REVERSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUT. REND. E GANHOS	1 237 529,51	1 208 497,58	-29 031,93	-2,35%
JUROS REND. OBT.	952,65	358,43	-594,22	-62,38%
TOTAL	10 099 252,90	10 373 084,27	273 831,37	2,71%

Verifica-se um aumento dos Rendimentos em 2,71% (€ 273.831,37), devido ao seguinte:

- Aumento da rubrica Prestação de Serviços em 16,14% (€ 636.531,35), essencialmente pelo crescimento da Área da Saúde em cerca de 10%; e pelo sucesso do protocolo estabelecido com o Centro Hospitalar do Médio Ave - C.H.M.A., para a cedência de camas de retaguarda na Casa de Repouso de Real;
- Diminuição da rubrica Subs. Doações e Legados à Exploração em 6,77% (€ 333.073,83), principalmente pelo registo no ano 2021 de um Donativo que foi objeto de apreciação em Assembleia Geral Extraordinária;





Gastos

	2021	2022	DIF.	DIF. %
C.M.V.M.C.	831 562,81	940 185,64	108 622,83	13,06%
F.S.E.	1 477 834,99	1 388 948,08	-88 886,91	-6,01%
GASTOS C/PESSOAL	5 858 195,35	6 494 729,87	636 534,52	10,87%
AMORTIZAÇÕES	703 635,29	772 175,97	68 540,68	9,74%
PROVISÕES	1 796 470,57	1 366 024,01	-430 446,56	-23,96%
OUTROS GAST. PERDAS	60 984,20	78 147,10	17 162,90	28,14%
JUROS E GASTOS SIM.	18 020,07	19 572,65	1 552,58	8,62%
TOTAL	10 746 703,28	11 059 783,32	313 080,04	2,91%

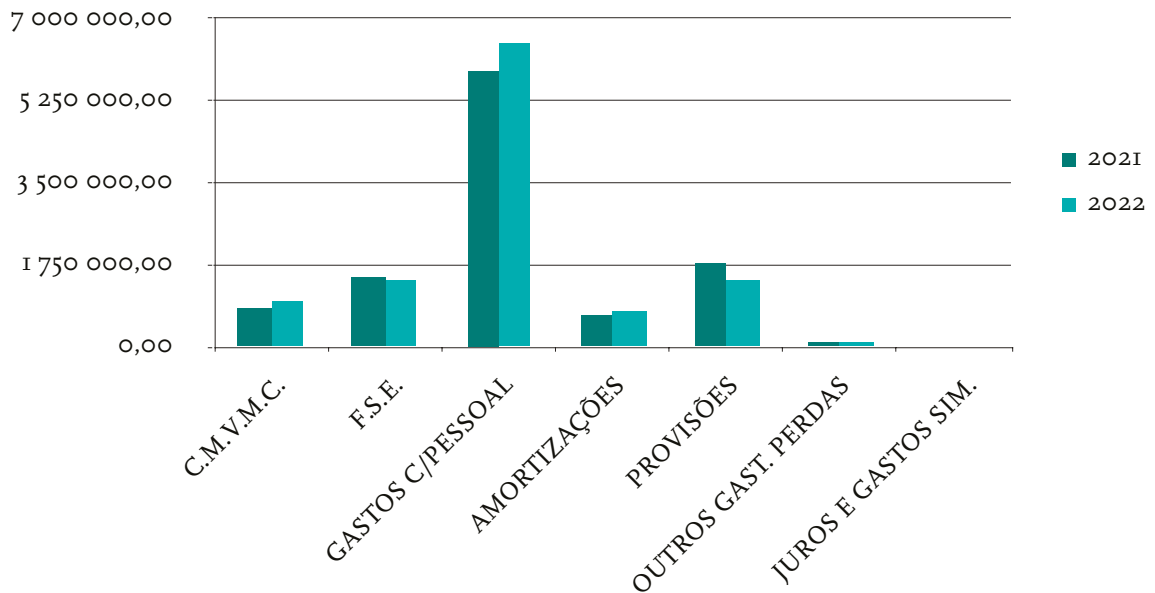
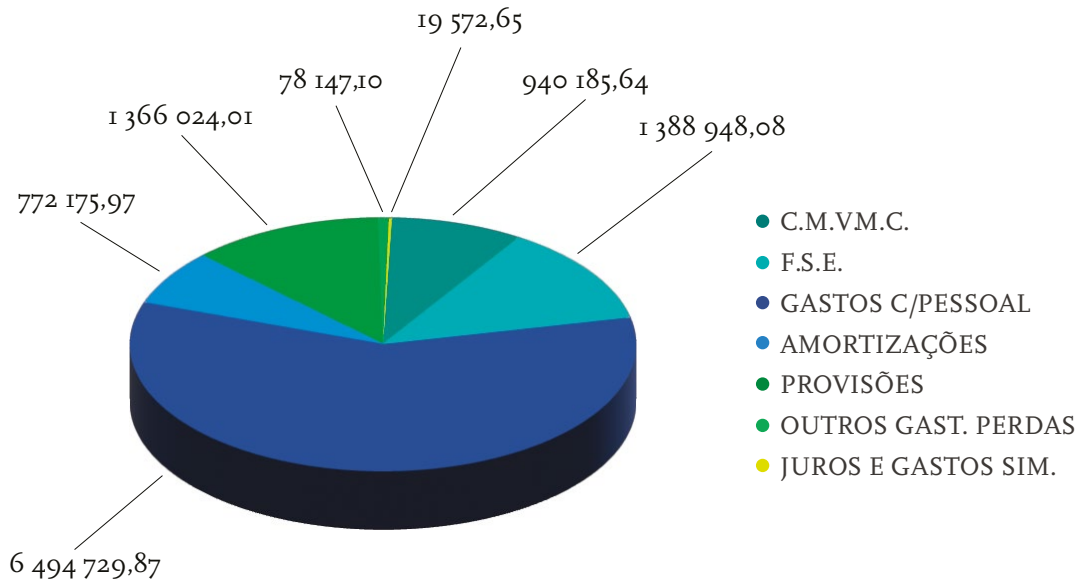
Os Gastos apresentam um aumento de 2,91% (€ 313.080,04), devido essencialmente ao seguinte:

- Aumento da rubrica C.M.V.M.C. em 13,06% (€ 108.622,83) pelo aumento de 23,65%, cerca de € 100.000,00, nos Géneros Alimentares;
- Aumento da rubrica de Gastos C/ Pessoal em 10,87% (€ 636.534,52) principalmente pelas atualizações salariais globais em 2022, atualização do Salário Mínimo

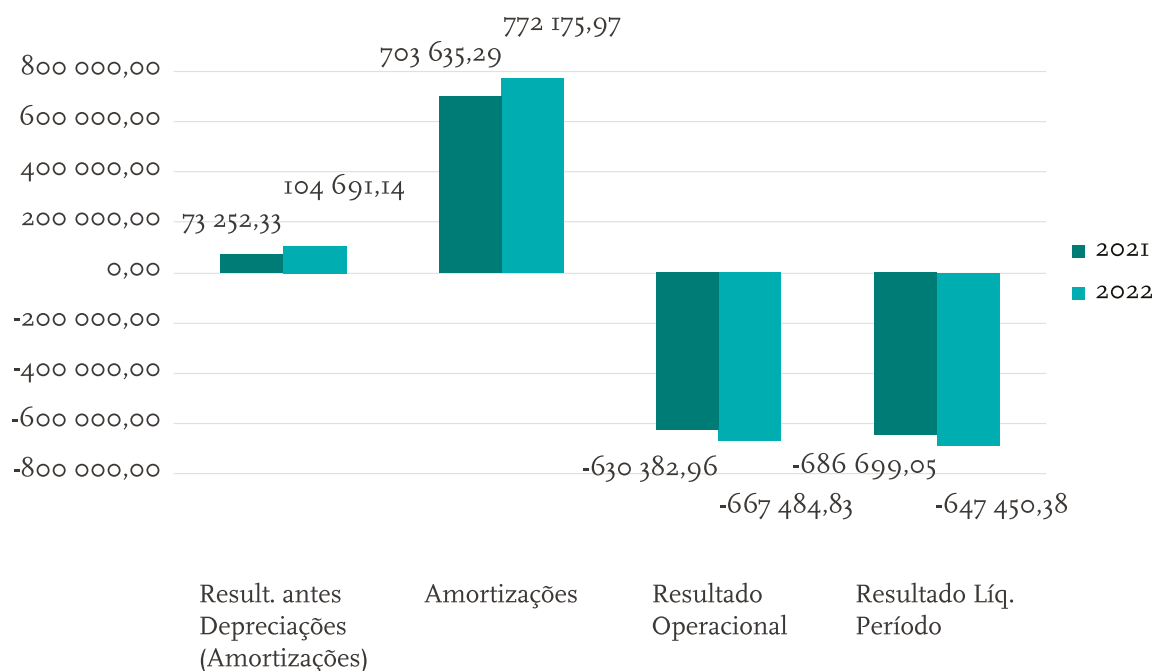
Nacional e respectivas repercussões nas restantes remunerações, bem como pela normalização no que ao absentismo diz respeito (parte do ano 2021 foi passado em período de pandemia);

- Aumento da rubrica Outros Gastos e Perdas em 28,14% (€ 17.162,90) devido essencialmente a correções efetuadas ao período anterior;
- Diminuição na rubrica de Provisões em 23,96% (€ 430.446,56), tendo por objeto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência. Neste caso em concreto a instituição tem a responsabilidade de garantir as necessárias condições de acolhimento aos seus utentes mediante a sua esperança média de vida. Este valor tem vindo anualmente a ser ajustado à nossa realidade e ao número de utentes institucionalizados;

Atendendo ao período conturbado vivido no ano em análise, mais concretamente no que respeita ao aumento significativo da Taxa de Inflação, é de relevar a diminuição verificada na rubrica de F.S.E. em 6,01% (€88.886,91), espelhando a constante preocupação em seguir uma rigorosa política de gestão, onde diariamente é desafiado o profissionalismo, empenho, transparência e capacidade de sacrifício de todos os colaboradores da instituição.



Resultados



RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO: - €686.699,05

AMORTIZAÇÕES: € 772.175,97

PROVISÕES: € 1.366.024,01

	2022
Provisões	1 366 024,01
Amortizações	772 175,97
Resultado Líquido	-686 699,05
Meios Libertos	1 451 500,93

Proposta de Aplicação de Resultados:

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido negativo do período, no montante de € 686.699,05 seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados: - € 686.699,05.



NOTAS:

REAL VS ORÇADO

Confirma-se o cuidado no rigor orçamental e a apologia feita aquando da apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022, efetivamente projetamos com prudência as receitas e num cenário pessimista as despesas, exceção feita à rubrica de provisões.

INVESTIMENTO

O valor do investimento no ano de 2022 foi de € 1.208.438,00, com destaque para as obras de recuperação do Bairro da Misericórdia e renovação/melhoramento do parque informático.

A registar ainda abates no valor de € 71.566,30 que respeita essencialmente ao abate de 3 viaturas adquiridas em 1998, 2001 e 2003 que pelo estado de degradação não justificava a sua reparação.

No último quadriénio (2019-2022), foram investidos € 5.078.140,83, tendo os Meios Libertos neste período sido de € 4.142.002,93.

PROVISÕES

Reitera-se que tendo estas por objeto reconhecer as responsabilidades cuja natureza esteja claramente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência, a instituição tem a responsabilidade de garantir as necessárias condições de acolhimento aos seus utentes mediante a sua esperança média de vida.

Anexos

Anexo

*Certificação Legal
das Contas*

*Parecer do
Conselho Fiscal*



**MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO**

IRMANDADE E SANTA CASA
DA
MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO

Anexo

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	13
6	Custos de Empréstimos Obtidos.....	13
7	Inventários	14
8	Rendimentos.....	14
9	Provisões.....	15
10	Subsídios	16
11	Instrumentos Financeiros	17
12	Benefícios dos Empregados.....	17
13	Acontecimentos após a data do balanço.....	17
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	18
15	Outras divulgações	18

1 Identificação da Entidade

A “IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S^o TIRSO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social nos termos do nº1 do artigo 1º do estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83 de 25 de Fevereiro registada na Direção Geral de Ação Social em 14-09-83 no livro das Irmandades da Misericórdia, fls.141 e 141 verso sob o nº 55/83, com sede em Rua da Misericórdia, 171 4780-501 - SANTO TIRSO.

Exerce a sua atividade no campo social, competindo-lhe para a prossecução dos seus objetivos:

- Promover o diagnóstico e implementação de medidas na área da saúde, ação social e afins;
- Estabelecer redes e parcerias com entidades públicas ou privadas para a definição e concretização de estratégias de ação;
- Criar e dinamizar valências para servir a comunidade ou grupos sociais específicos e franjas sociais mais desfavorecidas;
- Garantir o funcionamento das respostas sociais criadas;
- Promover a qualidade dos serviços prestados, de modo a garantir o bem-estar dos utentes;
- Garantir a igualdade de oportunidades e a não discriminação social;
- Promover iniciativas de formação profissional ou de carácter educativo / formativo, para ativos e/ou elementos externos à Instituição, de modo a contribuir para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos mesmos;
- Divulgar as ações desenvolvidas aos Irmãos e à comunidade local;
- Preservar o seu património com valor histórico e artístico;
- Recorrer a iniciativas de financiamento nacionais e comunitárias para a prossecução dos seus fins;
- Gerir o seu património de rendimento, segundo critérios de eficiência e rentabilidade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), a qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º

158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de demonstrações financeiras)

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação, que de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo então em vista tão somente a superação desta lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos da contabilidade da Entidade, foram considerados as seguintes bases de preparação:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime da periodização económica

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica “Outras Contas a Receber”, em “Devedores por acréscimo de rendimento”. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de “Diferimentos”, em “Rendimentos a reconhecer” ou “Gastos a reconhecer”, respetivamente.

- Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração de apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura da apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados passa as ESNL.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens do balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

- Comparabilidade

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a.1) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2011 (data de transição para NCRF–ESNL) encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição deduzido de depreciações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Para os terrenos e edifícios optou-se pelo modelo de revalorização dado que a generalidade dos mesmos foi adquirida antes de 1999 (registo informático disponível), não sendo possível identificar de forma inequívoca o seu valor de aquisição. Neste sentido, o processo de avaliação dos imóveis foi finalizado em 2016.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração de resultados como perdas de imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo

valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que estas difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, são também transferidos para a rubrica de Resultados Transitados.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 - 50	2,00% - 10,00%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento de transporte	5	20,00%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Outros Ativos fixos tangíveis	6	16,66%

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

a.2) Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, tendo sido estimada uma vida útil de 3 anos para os Programas de Computador.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita é assumido como sendo zero.

a.3) Investimentos financeiros

O registo está efetuado pelo custo de aquisição no que se refere às participações de capital. Relativamente aos títulos da dívida pública, anualmente são retificados pelo valor do mercado.

a.4) Inventários

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio de aquisição.

a.5) Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Encontram-se registadas nesta rubrica, pela quantia realizável, as quotas, procedentes dos irmãos, com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a

receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente, quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

a.6) Subsídios e outros apoios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração de resultados do período em que os programas ou contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

a.7) Doações

Os ativos recebidos por herança ou doação, são registadas no ativo, ao justo valor, o qual é determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente. De acordo com o preconizado na Portaria 2019/2015, de 23 de julho, as doações que estejam associadas a ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

a.8) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

a.9) Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes

também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a.10) Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

b). Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos tangíveis, com exceção das classes de terrenos, edifícios e objetos de arte, estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os bens da classe de terrenos, edifícios e objetos de arte estão valorizados de acordo com o modelo de revalorização, segundo o qual um ativo fixo tangível é escriturado por uma quantia revalorizada, a qual corresponde ao seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e perdas de imparidade subsequentes.

No caso de bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, o custo pode ser desconhecido. Nestes casos, os bens podem ser mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim apurada corresponde ao custo considerado para efeitos de mensuração no reconhecimento.

Os bens do ativo fixo tangível são depreciados de acordo com o método da linha reta. De acordo com esse método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.375.072	24.103		33.740		8.432.915
Edifícios e outras construções	27.809.830	146.435		1.452.498		29.408.763
Equipamento básico	1.500.333	109.826	348			1.609.811
Equipamento de transporte	474.211	70.980	59.794			485.397
Equipamento administrativo	578.432	46.012	1.532			622.912
Outros Ativos fixos tangíveis	963.841	23.135	9.172			977.804
Total	39.701.719	420.491	70.846	1.486.238		41.537.602
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	3.680.179	609.932				4.290.111
Equipamento básico	1.353.763	103.562	348	8		1.456.985
Equipamento de transporte	402.013	25.210	59.794			367.429
Equipamento administrativo	552.795	14.310	1.532	(8)		565.565
Outros Ativos fixos tangíveis	422.355	19.162	9.172	5		432.350
Total	6.411.105	772.176	70.846	5		7.112.440

Ativos Fixos Tangíveis em Curso

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Residências	268.813	489.833		(758.646)		0
Reabilitação Casa Repouso	371.363	221.239		(592.602)		0
Edifício Antiga Fecoli	0	11.685				11.685
Antigo Liceu	141.150	65.190		(135.000)		71.340
Total	781.326	787.947		(1.486.248)		83.025

Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

- Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

Ativos fixos tangíveis dados como garantia	Quantia escriturada	Passivo associado	Valor do passivo 31.12.2022
UCC Longa Duração	2.442.967	Financiamento ao abrigo do IFRRU 2020 (Santander)	1.476.257

5 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2022 mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	148.177		720			147.457
Total	148.177		720			147.457
Amortizações Acumuladas						
Programas de Computador	148.177		720			147.457
Total	148.177		720			147.457

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Descrição	2022	2021
Juros de Financiamentos Obtidos	18.940	16.765
Juros de Locação Financeira	632	1.255

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	56.329	813.788	4.445	43.000	944.167	858	46.123
Total	56.329	813.788	4.445	43.000	944.167	858	46.123
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				831.563	940.186		

8 Rendimentos

Um reconhecimento de um rédito exige que (i) a respetiva quantia possa ser fiavelmente mensurada, (ii) que seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade, e (iii) que os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores e estadias	2.501.111	2.364.031
Quotas e joias	154.328	59.705
Serviços secundários:		
Internamentos, Consultas, Urgências e Enfermagem	391.008	360.235
Meios Complementares de Diagnostico e Terapêutica	151.176	144.180
Fisioterapia	940.503	854.843
Outros	441.473	160.071
Juros	358	953
Total	4.579.957	3.944.020

9 Provisões

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No exercício, foi reconhecido como provisão, o valor de 1.338.194,98 euros, referente a responsabilidades futuras assumidas, com os clientes/utentes, das valências residenciais. De acordo com os contratos celebrados com estes utentes, a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, obriga-se à prestação de serviços de alojamento, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde básicos, higiene e conforto pessoal e acompanhamento psicossocial a título vitalício.

Foi constituída uma provisão no montante de 27.829,03 euros para processos judiciais em curso, sendo que 20 mil euros são relativos a reforço para o processo instaurado por anterior trabalhador em 2021.

Resumo de provisões:

Descrição	31.12.2021	Movimento 2022	31.12.2022
Provisões			
Responsabilidades futuras em lares	3.316.605	1.338.195	4.654.800
Processos judiciais em curso	86.965	27.829	114.794
Total	3.403.570	1.366.024	4.769.594

10 Subsídios

Em 2022 e 2021, a Entidade reconheceu como rendimento os seguintes subsídios:

Descrição	2022	2021
Subsídios relacionados com ativos		
Comissão. Regional Norte Luta Contra a Pobreza	5.515	5.515
Programa Operacional Integrar	4.988	4.988
Ministério do Trabalho e da Solidariedade	10.050	10.050
Saúde XXI	2.000	2.000
ARS Norte-Programa Modular	15.000	15.000
Câmara Municipal de Santo Tirso		
Fundo Rainha Dona Leonor	3.339	3.399
Programa Operacional Regional do Norte	13.174	13.174
Outros	9.807	14.304
Total	63.873	68.430
Subsídios relacionados com rendimentos		
Instituto Segurança Social (Acordos Cooperação)	2.781.678	2.530.154
ARS (Acordos Cooperação)	1.359.107	1.279.026
Secretaria Geral Ass. Parlamentares e Igualdade		
POISE – 03-4437-FSE -000185	89.946	88.448
Instituto de Emprego e Formação Profissional	163.140	169.059
Outros	20.372	5.313
Total	4.414.243	4.072.000

11 Instrumentos Financeiros – Financiamentos Obtidos

Contratos Locação Financeira	2023	>2023
Banco BPI,SA	3.465	0
Montepio Crédito, SA	614	0
Empréstimos Bancários		
Banco Montepio	92.000	0
Banco Santander (IFRRU)	105.447	1.370.810
Banco Santander	150.000	

12 Benefícios dos Empregados

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 364 e em 31/12/2021 foi de 371.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	5.254.957	4.810.060
Indemnizações	94.637	1.920
Encargos sobre as Remunerações	1.074.147	965.507
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	45.592	46.433
Outros Gastos com o Pessoal	25.397	34.275
Total	6.494.730	5.858.195

13 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido ao art.º 210º do Código Contributivo, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Imposto sobre o rendimento

Nos termos do despacho de 22 de Fevereiro de 1991, proferido por delegação do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi concedido à Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, a isenção de IRC, no que respeita aos “rendimentos comerciais e industriais diretamente derivados do exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários”, “aos rendimentos de capitais, com exceção dos de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados”, aos rendimentos prediais e aos ganhos de mais-valias.

15.2 Estado e outros entes públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	66.296	38.460
Total	66.296	38.460
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	20.119	7.838
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	54.771	49.207
Outras Tributaçãoes	1.567	1.078
Segurança Social	218.431	197.088
Total	294.888	255.211

15.3 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Quotas	2.193	4.190
Total	2.193	4.190

15.4 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	653.506	330.543
Utentes	129.087	114.450
Clientes e Utentes com potencial imparidade		
Clientes		
Utentes		245
Total	782.593	445.238

15.5 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes ” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	0	0
Outros devedores	705.259	507.894
Total	705.259	507.894

Em 2022, o saldo de outros devedores corresponde essencialmente ao valor em aberto de participações faturadas à Segurança Social e ARS Norte (153.867 euros e 304.157 euros, respetivamente), à caução prestada no montante 86.965 euros relativo ao processo judicial em curso interposto por anterior trabalhador em 2021 cujo processo já se encontra provisionado e à verba do POISE-Centro de Emergência IRIS (15.633 euros).

15.6 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
	11.528	7.850
Total	11.528	7.850
Rendimentos a Reconhecer		
	128.738	134.426
Total	128.738	134.426

15.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	3.774	2.253
Depósitos à ordem	685.362	1.027.200
Depósitos a prazo	252.181	252.165
Outros		
Total	941.317	1.281.618

15.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3.117.462			3.117.462
Resultados transitados	2.589.685	305.528	647.450	2.247.763
Excedentes de revalorização	19.838.651		305.528	19.533.123
Subsídios	1.900.642	94.115	62.885	1.931.872
Doações	2.134.602	7.295	8.971	2.132.926
Total	29.581.042	406.938	1.024.834	28.963.146

Os movimentos ocorridos na rubrica de resultados transitados correspondem à aplicação do resultado líquido do período anterior 647.450€ e ao excedente das reservas de revalorização libertado do exercício 305.528€.

As outras variações de fundos patrimoniais incluem as doações e os subsídios ao investimento.

15.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	468.385	496.787
Total	468.385	496.787

15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		62.031		101.724
Credores por acréscimos de gastos - estimativa para férias e subsídios de férias		943.662		800.253
Credores por acréscimos de gastos - outros		87.948		28.943
Outros credores		43.284		46.983
Total	0	1.136.925	0	977.903

15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	4.414.243	4.072.000
Subsídios de outras entidades		
Doações e heranças	170.386	845.703
Legados		
Total	4.584.629	4.917.703

15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	255.059	244.408
Serviços especializados	447.032	468.674
Materiais	69.717	61.039
Energia e fluidos	426.702	419.969
Deslocações, estadas e transportes	3.797	2.230
Serviços diversos	186.641	281.515
Total	1.388.948	1.477.835

15.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	572.513	692.173
Descontos de pronto pagamento obtidos	269	161
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	392.867	377.654
Outros rendimentos e ganhos	232.675	159.838
Diferenciais apurados pela Seg. Social	10.173	7.704
Total	1.208.497	1.237.530

15.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	1.788	1.595
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Perdas em inventários	440	888
Gastos e perdas investimentos não financeiros	583	
Outros Gastos e Perdas	75.336	58.501
Total	78.147	60.984

15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	358	953
Juros suportados	19.573	18.020
Resultados Financeiros	-19.215	-17.067

15.16 Órgãos Diretivos

CORPOS SOCIAIS PARA O QUADRIÉNIO 2023-2026

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Maria Gabriela Moreira Costa Sousa
Vice-Presidente	- José Luís Freitas Queirós
Secretário	- Maria Elisabete Ferreira Coelho

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor	- José dos Santos Pinto
Vice-Provedor	- José Pedro Castro C. Morêda Miranda
Secretária	- Fernanda Isabel de Faria Lages Torres
Tesoureiro	- Ricardo José Salvador Batista
Vogais	- Francisco Manuel Cardoso Faria - Hélder Roberto Vilela Araújo - Lucília Maria da Costa Afonso
Suplentes	- José Luís de Sousa Marques - António Lerenó Sousa Machado

CONSELHO FISCAL

Presidente	- António Jorge Pereira Ribeiro
Vice-Presidente	- Artur Manuel C. Guimarães Santoalha
Secretário	- Albino Agostinho Martins Sousa
Suplentes	- Sérgio Miguel Azevedo Carneiro - Emílio Castelar Oliveira - Paulo Jorge Almeida Ferreira Dias

Santo Tirso, 24 de Fevereiro de 2023.

O Contabilista Certificado,

Afonso Gabriel de Lila
CC nº 22565

A Mesa Administrativa,

Luís Carlos
João Luís
Miguel João

Luís Miguel
Alber Roberto V. da Silva

Luís Maria Costa Afonso

Luís Miguel



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 37.115.725 euros e um total de fundos patrimoniais de 28.276.448 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 686.699 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **IRMANDADE E SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO TIRSO**, em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



HENRIQUE, DUARTE & GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 7 de março de 2023.

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC

Representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA (ROC nº 698)

Registado na CMVM com o nº 20160338



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O presente relatório, relativo à atividade do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022, é elaborado nos termos do disposto das alíneas a) e b) do número um do art.º 31 do Compromisso, destina-se a dar parecer sobre o Relatório e Contas da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso relativo ao período findo de 31 de dezembro de 2022, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade da Mesa Administrativa.

No âmbito das nossas funções, acompanhámos a evolução da atividade da Irmandade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

Face ao exposto, o Conselho Geral é de parecer que a Assembleia Geral:

1. Aprove os documentos de prestação de contas do período findo em 31 de dezembro de 2022, tal como foram apresentados pela Mesa Administrativa.
2. Aprove a aplicação do resultado líquido negativo do período de 2022 proposta pela Mesa Administrativa.

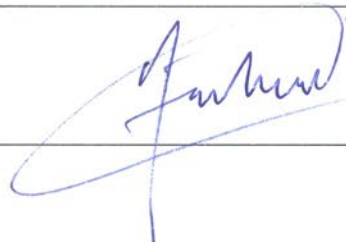
Finalmente o Conselho Fiscal agradece à Mesa Administrativa, aos Serviços e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Santo Tirso, em 9 de Março de 2023

O CONSELHO FISCAL







CÁPSULA DO TEMPO

*Encontram-se aqui reunidas vivências da nossa Instituição.
Confiamos que este legado seja preservado e zelado para que esta viagem tenha êxito.
Até Breve!*

*Fecho 06-07 -2022
Abertura 03-07 -2035*



**MISERICÓRDIA
DE SANTO TIRSO**

Rua da Misericórdia, 171
4780-501 Santo Tirso

252 808 260

santacasa@iscmst.pt

www.iscmst.pt